

60/2021



# Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



Protocolo Geral nº 6349/2021  
Data: 11/11/2021 Horário: 17:00  
LEG -

Ribeirão Preto, 09 de novembro de 2021.

Of. N° 1.080/2021-C.M.

60

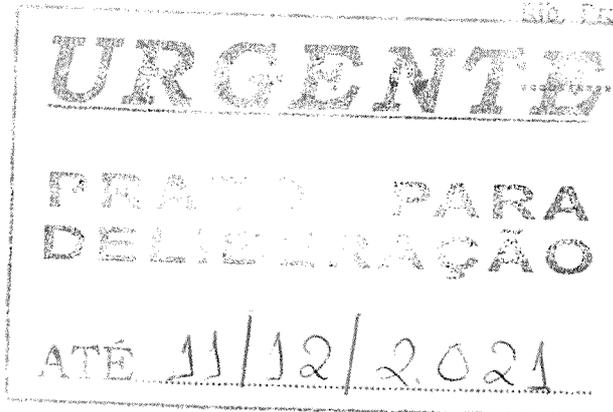
Senhor Presidente

Comissão Permanente de Constituição,

Justiça e Redação

Ribeirão Preto, 11 de Novembro de 2021

Presidente



Nos termos do Artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto, comunico a Vossa Excelência, que estou sancionando parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 73/2021 que: "INSTITUI O PROGRAMA RETOMA RIBEIRÃO - RP2021 DESTINADO À REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS JUNTO À FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", consubstanciado no Autógrafo nº 174/2021, encaminhado a este Executivo, e aponto Veto Parcial aos dispositivos abaixo discriminados, pelas razões que adiante seguem.

Para tanto estou sancionando parcialmente a Lei Complementar nº 3.096, de 09 de novembro de 2021.



# Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

## DISPOSITIVOS VETADOS:

**Alíneas “e” e “f” do Inciso I do Artigo 3º**

### **JUSTIFICATIVAS DO VETO:**

As alíneas incluídas no inciso I do artigo 3º, ampliam o prazo dos débitos passíveis de parcelamento (que originalmente era de até 36 meses), para 48 (quarenta e oito) e 60 (sessenta) meses, respectivamente.

Inicialmente, a ampliação dos prazos de parcelamento inviabiliza a implantação do Programa Retoma Ribeirão RP2021, por impossibilidade técnica, uma vez que será essencialmente eletrônico.

O texto, conforme originalmente proposto, com parcelamento em no máximo 36 (trinta e seis) vezes, foi planejado há mais de sessenta dias e a ferramenta levou todo esse tempo para ser desenvolvida pelos técnicos que parametrizam o sistema.

Desse modo, a introdução de modalidades novas de parcelamento (em quarenta e oito e sessenta meses), demandariam considerável tempo de desenvolvimento tecnológico para sua implantação, o que inviabilizaria o próprio Programa de Retomada, já que o prazo para adesão ao mesmo é somente até 20 de dezembro.

Mas não é só. As alterações introduzidas contêm vício de iniciativa, pois a matéria é de iniciativa do Poder Executivo.



## Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

Desse modo, não é possível a alteração por emenda das modalidades e de como será operacionalizada a regularização de débitos proposta inicialmente pelo Projeto de Lei apresentado originalmente pelo Poder Executivo.

Expostas dessa forma, as razões que me levaram a vetar parcialmente o **Autógrafo N° 174/2021**, submeto o **VETO PARCIAL** ora aposto à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, para os fins e efeitos de direito.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, os protestos de alto apreço e distinta consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

  
DUARTE NOGUEIRA  
Prefeito Municipal

À SUA EXCELÊNCIA  
ALESSANDRO MARACA  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
N E S T A



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

**AUTÓGRAFO Nº 174/2021**  
Projeto de Lei Complementar nº 73/2021  
Autoria do Executivo Municipal

**INSTITUI O PROGRAMA RETOMA RIBEIRÃO - RP2021 DESTINADO À REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS JUNTO À FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, NA FORMA DA LEI, APROVA:*

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa **RETOMA RIBEIRÃO - RP2021** destinado a promover a regularização dos débitos referidos nesta lei complementar, decorrentes de créditos de dívidas tributárias e não tributárias, inscritas ou não em dívida ativa, ajuizadas ou a ajuizar, constituídas de ofício ou declaradas espontaneamente, remanescentes de parcelamentos anteriores, discutidas administrativamente ou judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal, bem como as decorrentes de condenação em ação judicial de qualquer natureza em que figurar como credora a Fazenda Pública Municipal.

**§ 1º.** Não serão incluídos no Programa **RETOMA RIBEIRÃO - RP2021** os débitos referentes a:

- I - obrigações de natureza contratual;
- II - infrações à legislação ambiental.

**§ 2º.** Os débitos decorrentes de parcelamentos rompidos no âmbito de programas de parcelamentos oriundos de legislações anteriores da mesma natureza poderão ser incluídos no Programa **RETOMA RIBEIRÃO - RP2021**.

**§ 3º.** Os créditos tributários e não tributários ainda não constituídos, incluídos por opção do sujeito passivo, serão declarados na data da formalização do pedido de ingresso, observado o disposto no art. 1º desta lei complementar.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

§ 4º. Os descontos previstos somente incidirão sobre os débitos decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2021.

Art. 2º. O ingresso no Programa **RETOMA RIBEIRÃO - RP2021** dar-se-á por opção do sujeito passivo da obrigação, mediante requerimento de adesão.

§ 1º. O requerimento a que se refere o **caput** do artigo 2º da presente lei será preenchido de forma eletrônica, pelo sujeito passivo da obrigação, via internet, no *site* <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/refis2021>, importando a finalização do procedimento eletrônico, em adesão e sujeição às regras do programa.

§ 2º. Excepcionalmente, serão aceitos requerimentos protocolados ou formalizados no Posto de Atendimento da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto no Poupatempo, localizado à Avenida Pres. Kennedy, 1500, Ribeirânia, Ribeirão Preto (Novo Shopping).

§ 3º. O sujeito passivo poderá aderir ao programa **RETOMA RIBEIRÃO - RP2021** até 20 de dezembro de 2021.

§ 4º. A homologação da adesão ao programa **RETOMA RIBEIRÃO - RP2021** dar-se-á no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

Art. 3º. O Programa instituído por esta lei complementar contempla descontos nos juros e multas moratórias e na penalidade pecuniária decorrente de infração à lei, nos seguintes casos:

I - para juros e multas moratórias serão concedidos os seguintes descontos:

- a) pagamento à vista - 100% (cem por cento) nos juros e 90% (noventa por cento) na multa moratória;
- b) parcelado em até 12 (doze) vezes - 60% (sessenta por cento) nos juros e 60% (sessenta por cento) na multa moratória;



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

- e) parcelado em até 24 (vinte e quatro) vezes – 50% (cinquenta por cento) nos juros e 50% (cinquenta por cento) na multa moratória;
- d) parcelado em até 36 (trinta e seis) vezes – 40% (quarenta por cento) nos juros e 40% (quarenta por cento) na multa moratória;
- e) parcelado em até 48 (quarenta e oito) vezes - 30% (trinta por cento) nos juros e 30% (trinta por cento) na multa moratória;
- f) parcelado em até 60 (sessenta) vezes - 20% (vinte por cento) nos juros e 20% (vinte por cento) na multa moratória.

II - para as penalidades pecuniárias (multas por infração à lei) serão atribuídos os seguintes descontos:

- a) pagamento à vista - 60% (cinquenta por cento) na multa por infração;
- b) parcelado em até 36 (trinta e seis) vezes - 40% (quarenta por cento) na multa por infração.

**Art. 4º.** O parcelamento poderá ser feito em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, devendo a 1ª (primeira) parcela ser quitada até dois dias úteis da adesão e o valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas e R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoas jurídicas.

§ 1º. A aplicação dos juros sobre o saldo devedor respeitará as regras previstas no pedido de parcelamento ordinário, com utilização da taxa SELIC.

§ 2º. Os valores referentes aos honorários advocatícios, quando devidos, serão parcelados juntamente com o débito negociado na mesma proporção de sua quitação.

**Art. 5º.** Os descontos concedidos por esta lei complementar são estendidos a todas as modalidades de extinção do crédito tributário previstos pelo artigo 156, do Código Tributário Nacional, bem como, a todo crédito que a Fazenda Municipal tenha, decorrente ou não de condenação judicial, de qualquer natureza, em qualquer fase processual que se encontrar, mesmo que após o seu trânsito em julgado.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

**Art. 6º.** A adesão ao Programa instituído por esta lei complementar acarretará a confissão irretratável do débito a que se relaciona, com o reconhecimento por parte do sujeito passivo da perda do objeto de eventual impugnação administrativa ou ação judicial proposta contra Administração Municipal envolvendo o respectivo lançamento, independentemente do estágio processual em que se encontra, com reconhecimento, expresso, portanto, da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional e no artigo 202, inciso VI, do Código Civil Brasileiro.

§ 1º. Os sujeitos passivos da obrigação poderão utilizar, para pagamento da dívida, em parcela única ou em número de parcelas correspondentes ao valor consignado, o volume depositado em juízo para garantir ou suspender os seus respectivos débitos tributários, desde que faça a adesão ao programa até 20 de dezembro de 2021.

§ 2º. Na hipótese do montante depositado não ser suficiente para pagamento do valor total da dívida, o sujeito passivo da obrigação poderá pagar à vista o restante ou parcelar o valor sobressalente, respeitado o disposto nos artigos 2º e 3º.

**Art. 7º.** A adesão a este Programa não implica em:

- I - homologação pelo Fisco dos valores declarados pelo contribuinte;
- II - renúncia ao direito de apurar a exatidão dos créditos tributários incluídos no Programa;
- III - novação;
- IV - a dispensa do cumprimento das obrigações acessórias, nem de outras obrigações legais ou contratuais; e
- V - qualquer direito à restituição ou à compensação de importâncias já pagas ou compensadas.

**Art. 8º.** A adesão ao Programa instituído por esta lei complementar será rompida ante a ocorrência de uma das seguintes hipóteses:





# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

- I - pelo descumprimento de quaisquer das exigências desta lei, inclusive por sonegação de informações ou por apresentação de informações falsas;
- II - pelo atraso no pagamento de qualquer parcela por prazo superior a 60 (sessenta) dias;
- III - pela falência decretada ou a insolvência civil da pessoa jurídica;
- IV - pela cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio assumir solidariamente com a cindida as obrigações do acordo.

**Art. 9º.** O rompimento de que trata o artigo 8º independe de notificação ou interpelação prévia e implica em:

- I - perda do direito de reingressar no Programa;
- II - perda de todos os benefícios concedidos por esta lei complementar;
- III - exigibilidade do saldo remanescente correspondente à diferença entre o valor pago e o valor originário da dívida;
- IV - inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, caso ainda não inscrito, para cobrança judicial da dívida; e
- V - demais medidas que se fizerem necessárias para exigibilidade do crédito.

**Art. 10.** As custas processuais de ações judiciais e custas extrajudiciais, relacionadas aos créditos inseridos neste Programa, não serão objeto de parcelamento, devendo ser recolhidas integralmente, juntamente com o pagamento à vista ou com a primeira parcela, em caso de parcelamento.

**Art. 11.** Após protocolização do pedido de adesão ao Programa **RETOMA RIBEIRÃO - RP2021**, de que trata esta lei complementar, e efetuar o pagamento da parcela única ou da primeira parcela, o sujeito passivo deverá formalizar o pedido de desistência de eventual ação em que figure como autor, ou de recurso interposto, tendo como objeto o débito objeto do Programa, quer seja na esfera administrativa quer na judicial, sob pena do pagamento ser recebido apenas como parte da quitação do débito originário.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

**Art. 12.** Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta lei complementar, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

**Art. 13.** A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as regras operacionais que se fizerem necessárias para o funcionamento do Programa **RETOMA RIBEIRÃO - RP2021**, sendo competente para decidir os casos omissos o Secretário Municipal da Fazenda.

**Art. 14.** Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão Preto, 5 de novembro de 2021.



**ALESSANDRO MARACA**  
Presidente